



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



Os povos indígenas da bacia amazônica diante dos resultados da COP26

Diante da realidade da Amazônia, atualmente em um perigoso ponto sem volta, e a urgência de empreender ações para mitigar a mudança climática em nível global, apesar das dificuldade de acesso e a limitação da mobilização a partir das restrições apresentadas, com forte convicção e histórica participação, os povos indígenas da bacia amazônica elevamos com força as nossas vozes para apresentar nossas demandas e propostas dos territórios na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – COP26, realizada em Glasgow, no Reino Unido, de 1 a 12 de novembro de 2021.

Novas pesquisas científicas indicam que o desmatamento e a degradação severas atingiram 22 % da Amazônia¹, portanto, torna-se urgente levar adiante ações de proteção, já que em poucos anos a bacia amazônica tal como a conhecemos pode deixar de existir. Nesse quadro, junto com a comitiva da Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA, utilizamos os diferentes espaços da COP26 para chamar a atenção de governos e financiadores particulares para apoiar o plano «Amazônia 80x25», a fim de alcançar a proteção e recuperação de 80 % da maior floresta tropical do mundo antes de 2025, como medida urgente para deter a atual crise climática.

Para atingir a meta amazônica, são necessários compromissos mínimos: 100 % das terras indígenas legalmente reconhecidas, demarcadas e com recursos financeiros permanentes alocados que permitam a titulação e ampliação; a restauração de, pelo menos, a metade das áreas florestais degradadas; e pôr termo às atividades industriais para deter a extração de combustíveis fósseis até 2025.

Contudo, apesar de que a COP26 foi o cenário que propiciou importantes laços de cooperação, em que foram evidentes os esforços para reconhecer o papel fundamental dos povos indígenas na proteção da natureza e onde foram assumidos compromissos para duplicar os fundos destinados para a adaptação à mudança climática para países em desenvolvimento, as ações definidas pelos 197 países assinantes do Pacto de Glasgow são insuficientes considerando a atual emergência climática. O documento final evidencia a falta de vontade política dos países mais industrializados e contaminantes para uma real transição energética, já que não foi aprovada a eliminação do uso de carvão, combustíveis fósseis e subsídios à sua produção, apesar de o carvão ser reconhecido como a principal causa do aquecimento global.

Além disso, foram realizados anúncios atraentes para deter a crise climática, como o apresentado pelo Reino Unido, Noruega, Alemanha, EUA, Países Baixos e doadores particulares que se comprometeram a apoiar com 1,7 bilhões de dólares para proteger territórios indígenas nos próximos quatro anos, porém, não foram garantidos mecanismos de financiamento para entregar os fundos diretamente nos territórios, toda vez que, historicamente, os projetos de conservação e proteção do ambiente não tiveram resultados tangíveis, e os povos indígenas somos testemunhas de que os compromissos climáticos ficaram apenas no discurso e no papel.

Nesse contexto, a COICA e as organizações que a integram nos nove países da bacia amazônica **RESOLVEMOS:**

¹ *Resumo dos Resultados Chave Amazônia pela Vida: proteger 80 % para 2025*, pesquisa realizada pela Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas (RAISG), 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1EJgKDjFWjRkhNeDyp-Wj_vRz4O4BoEkb/view?usp=sharing

- **Liderar e executar** uma forte campanha global para proteger 80 % da Amazônia para 2025, como medida urgente para lidar com a atual crise climática, com base nos princípios estabelecidos na moção 129 aprovada pela **União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN**.
- **Providenciar e coordenar** mecanismos de financiamento direto aos povos indígenas através da iniciativa 80 x 25, como ação concreta para garantir que os fundos cheguem diretamente àqueles que habitamos e defendemos os territórios, como atores chave com capacidade de oferecer soluções viáveis e concretas para proteger a natureza e mitigar a mudança climática.
- **Exortar** os governos da bacia amazônica a reconhecerem as contribuições dos povos indígenas determinadas em nível nacional – NDC indígenas – como estratégia para reduzir as emissões e a adaptação à mudança climática, considerando que a reserva de carbono das florestas dos territórios indígenas e sua contribuição para a redução das emissões de gases de efeito estufa não são produto da aplicação de políticas públicas ambientais dos Estados, pelo contrário, são produto da gestão territorial coletiva, baseada nos princípios e a sabedoria ancestral dos povos indígenas.
- **Permanecer alertas, vigilantes e fazer acompanhamento** dos acordos estabelecidos no Pacto de Glasgow, para reconhecer os esforços ou condenar a inação que será evidenciada no futuro próximo do planeta.

27 anos passaram desde que os países que ratificaram as Convenções das Nações Unidas sobre Mudança Climática se reúnem para definir acordos mundiais que objetivam reduzir as emissões, no entanto, as metas climáticas não foram atingidas. A crise climática é cada vez pior, causando a cada vez mais perdas, danos e ameaças sociais, econômicas e ambientais. Diante desse cenário, é necessário questionar-se quem responde por esses danos, quem assume as consequências de uma realidade que coloca em risco a sobrevivência da humanidade.

Está na hora de abandonar a hipocrisia e o duplo discurso. Nos eventos internacionais, os governos da bacia amazônica comprometem-se a trabalhar para mitigar a mudança climática enquanto aprovam leis que permitem a invasão dos nossos territórios e violam os nossos direitos através da implantação de projetos extrativistas. Definitivamente, está na hora de os países desenvolvidos, as entidades financeiras, as Nações Unidas, as organizações governamentais e não governamentais trabalharem de forma coordenada com as organizações e os povos indígenas, e transformarem em ações os compromissos assumidos para cumprir os objetivos climáticos e garantir a proteção da Amazônia. O planeta sem a Amazônia é inviável.

Amazônia viva, humanidade segura.

01 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

CONSELHO DIRETIVO DA COICA - CDC

José Gregorio Díaz Mirabal
Coordenador Geral COICA

Tuntiak Katán Jua
Coordenador Geral Adjunto COICA

Elcio Da Silva Manchineri
**Coordenador de Territórios
e Recursos Naturais**



COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES
INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

PERÚ • GUYANA • ECUADOR • BOLIVIA • BRASIL •
GUYANA FRANCESA • SURINAM • VENEZUELA • COLOMBIA



Adolfo Chávez Beyuma
**Coordenador de Relações
Internacionais e Cooperação**

Michael John McGarrell
**Coordenador de Políticas
e Direitos Coletivos**

Harol Rincón Ipuchima
**Coordenador de Meio Ambiente
Mudança Climática e Biodiversidade**

Tabea Casique Coronado
**Coordenadora de Educação,
Ciência e Tecnologia**

Irvin Ray Harvey Ristie
**Coordenador Comunicações
e Saúde**

Claudette Labonté
**Coordenadora da Mulher
e Família**

CONSELHO DE COORDENAÇÃO DA COICA – CCC

Marlon Richard Vargas
Presidente CONFENIAE (Equador)

Lizardo Cauper
Presidente AIDSESP (Peru)

Julio Cesar López
Presidente OPIAC (Colômbia)

Thomas Lemmel Benson
Presidente APA (Guiana)

Nara Baré
Coordenadora da COIAB (Brasil)

Eligio Da Costa Evaristo
Presidente ORPIA (Venezuela)

Sirito Yana Aloema
Presidente OIS (Suriname)

Tomas Candia
Presidente CIDOB (Bolívia)